



1 **CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM –UNIDADE**  
2 **REGIONAL COLEGIADA SUL DE MINAS. Ata da 140ª Reunião Ordinária**  
3 **realizada no Auditório do Centro Administrativo Regional Sul de Minas – Avenida**  
4 **Manoel Diniz, nº 145, Bairro Industrial JK, Varginha, Minas Gerais, no dia 03 de**  
5 **abril de 2017, às 13h30min.**

6  
7 Em 05 de junho de 2017, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada Sul de Minas (URC Sul  
8 de Minas) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede regional do  
9 Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), em Varginha, Minas Gerais. Participaram os  
10 seguintes membros titulares e suplentes: José Augusto Dutra Bueno, representante da  
11 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD);  
12 Antônio Henrique Pereira da Secretaria de Estado, Pecuária e Abastecimento (SEAPA);  
13 Juliano Órnis Landim da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional  
14 (SECIR); Márcia Murad da Secretaria de Estado da Educação – SEE; Lúcia Maria Sodrê  
15 Damasceno da Secretaria de Estado e Transporte e Obras Públicas – SETOP; Bérqson  
16 Cardoso Guimarães do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 2º Tenente PM  
17 Adenilson de Carvalho da Polícia Militar de Minas Gerais; Jaara Alvarenga Cardoso  
18 Tavares da Prefeitura Municipal na área de abrangência da URC; Carlos Renato Viana,  
19 representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); José Carlos  
20 D’Alessandro Bueno da FAEMG; João Paulo Calori Gomes da Federação dos  
21 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Antônio Francisco  
22 da Silva da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de  
23 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Donizete Leão de Miranda, do  
24 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Antônio José Ernesto Coelho, da  
25 Associação de Proteção Ambiental de Varginha e Região (APAVAR); Professor Rogério  
26 Grosseto Teixeira da Cunha da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL; Soraya  
27 Alvarenga Botelho da Universidade Federal de Lavras – UFLA. 1) **EXECUÇÃO DO**  
28 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2)  
29 **ABERTURA.** O Presidente Hildebrando Canabrava Rodrigues Neto declarou aberta a 140ª  
30 reunião da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas. Presidente José Augusto Dutra  
31 Bueno: “Item 2. Além da abertura, me parece que tem uma nova conselheira, poderia se  
32 apresentar, por gentileza, para que possamos dar-lhe posse”. Conselheira Lúcia Maria  
33 Sodrê Damasceno: “Meu nome é Lúcia Maria Sodrê Damasceno, sou 2ª suplente do  
34 Departamento de Edificações de Estradas e Rodagens. O titular e primeiro suplente  
35 encontram-se hoje em férias regulamentares”. Presidente José Augusto Dutra Bueno: “Uma  
36 boa tarde a todos conselheiros, membros da SUPRAM e público em geral. Item 3.  
37 **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Algum conselheiro tem alguma  
38 observação, alguma consideração?” Conselheiro José Carlos D’Alessandro Bueno: “Boa  
39 tarde a todos. Eu gostaria de comunicar que às 15h eu terei que me ausentar porque tenho  
40 consulta médica. Obrigada”. Conselheira Jaara Cardoso: “Gostaria de comunicar que  
41 também terei que me ausentar a partir das 14h, para um evento da Prefeitura hoje que estou  
42 representando o CODEMA”. Conselheiro Antônio Henrique: “Hoje no dia Mundial do  
43 Meio Ambiente, pelo menos eu tenho alguma coisa a aplaudir e comemorar que é a atitude  
44 do SISEMA em transformar o cadastro de água de uso insignificante via online. Isso para o



45 pequeno agricultor ou empreendedor, (...) agrossilvipastoris, que 95% deles se enquadram  
46 nesse sistema, será uma facilidade. Então, os nossos parabéns ao SISEMA por esta atitude.  
47 Esperamos que tomem outras para facilitar. Uma delas seria a eliminação da certidão de  
48 não passível, da emissão da certidão de não passível, para quê perder tempo e gastar com  
49 papel etc? E um outro ponto é facilitar o atendimento de balcão aqui da SUPRAM, pelas  
50 normas utilizadas na transformação online do sistema, também que iriam colocar um  
51 técnico com computador para orientar o pessoal. Então a gente espera que isso realmente  
52 aconteça. Parabéns por essa atitude, facilitou demais as atividades agrossilvipastoris,  
53 principalmente para os pequenos produtores”. Presidente José Augusto Dutra Bueno: “Só  
54 uma consideração, só para fins de esclarecimento, com relação a certidão de não passível,  
55 desde o início de janeiro, com a saída do decreto 47.137 de 2017, isso não está sendo mais  
56 exigido, basta a pessoa, se quiser, entregar um FCE e ele terá um carimbo indicando que a  
57 atividade é não passível”. Não identificado: “Excelente notícia, agora a gente só espera que  
58 o batalhão ambiental não cobre isso dos empreendedores. Porque, normalmente, é o  
59 batalhão que cobra essas que não são obrigatórias”. Conselheiro Bérqson Cardoso  
60 Guimarães: “Gostaria só de fazer uma comunicação. Hoje percebemos que o quórum está  
61 um pouco esvaziado, não sei por que, como disse o colega, hoje é Dia Mundial do Meio  
62 Ambiente, e realmente, não só a nível nacional, mas mundial, nós não temos muito o que  
63 comemorar, infelizmente. Em minha opinião pessoal, acho que a gente nunca conviveu  
64 com tanto retrocesso nessa área, como temos convivido agora. Na verdade, os projetos à  
65 nível mundial, as implementações de sistema legislativo, políticos e mesmo econômicos, na  
66 minha visão, há um retrocesso muito grande. O que observamos é uma destruição cada vez  
67 maior, da poluição. E, cada vez mais, nos convencemos de que vivemos em uma sociedade  
68 de risco, de uma sociedade de massas de risco, com uma população crescendo  
69 enormemente, essa população gera resíduos e consome mercadorias, e a questão ambiental  
70 muitas vezes ainda é vista como algo romântico, seria, vamos dizer assim, uma bandeira  
71 ainda romântica na visão de grande parcela da população. Enquanto nós estamos pagando e  
72 poderemos pagar no futuro um preço muito alto por isso. Pois bem, só a título de  
73 informação, nós participamos sexta, sábado e domingo, do fórum das águas em Caxambu,  
74 que discute várias mudanças que estão sendo feitas na gestão das águas minerais, parques  
75 públicos na região, sobre privatização, a CODEMIG está implementando várias mudanças,  
76 inclusive fazendo mudanças públicas. Foi feito um fórum de discussões, várias entidades  
77 como o Comitê de Bacias do Rio Verde esteve presente, várias entidades como ONGs,  
78 órgãos públicos, prefeituras participando, e é importante ver o quanto de questionamentos  
79 que a nós que fazemos parte do poder público são feitas nessas discussões. Eu gostaria de  
80 trazer agora algo que foi colocado, porque acho que tem interesse até da SUPRAM e desse  
81 Conselho, é a questão dos licenciamentos das plantas engarrafadoras dos parques que são  
82 feitos por AAF. Há um questionamento muito grande desse perfil de licenciamento, claro  
83 que, como você disse, caminhamos para o mundo virtual, me lembro muito do filme  
84 Matrix, cada vez tudo mais online. Não existe mais a certidão, o carimbo, tudo isso visa  
85 facilitar, mas eu que sou das antigas tenho um pouco de medo desse mundo online que  
86 estamos entrando. É uma realidade ideal, mas será que ela é real? Eu fico com um pé lá,  
87 outro meio aqui, o CAR, por exemplo foi uma grande conquista do código florestal, acho  
88 que continua sendo, tem que ser implementado, mas, como estão sendo feitos estes



89 registros? Estes protocolos, esses registros online, será que realmente... será que está certo  
90 mesmo? Quem fiscaliza isso? Qual a instituição que tem condições de fiscalizar isso?  
91 Então, estamos deixando muito para o online, realmente eu tenho dúvidas se isso resolve.  
92 Nessa questão dos licenciamentos serem feitos por AAF, houve um questionamento muito  
93 grande em função desses empreendimentos terem uma complexidade maior, porque são  
94 feitos em áreas que muitas vezes são tombadas, em centros urbano, envolve também, às  
95 vezes implementos, vamos dizer assim, de empreendimentos complexos de extração,  
96 plantas engarrafadoras, então, eu só passo aqui esse questionamento que foi, dentre outras  
97 coisas, como parcelamento do solo, problemas dos municípios, contaminação, ETE e tal.  
98 Mas, me lembro que estes questionamentos foram nos colocados também pelos  
99 representantes da população, então, acho que seria importante registrar nesse momento. Só  
100 finalizando, vai acontecer uma audiência pública em Caxambu, Otaviano me falou que  
101 estava presente na quinta-feira, que será na própria Câmara Municipal. Muito obrigado”.

102 Conselheiros Antônio Ernesto: “Primeiramente gostaria de notificar que nossa conselheira  
103 Jaara foi eleita presidente do CODEMA perante eleição por unanimidade, e isso é uma  
104 satisfação muito grande para nós. Em segundo lugar, eu queria falar o seguinte, nós aqui  
105 por várias vezes já julgamos empreendimentos no meio rural em que acontece um  
106 imprevisto e que é derramado o efluente em córregos até poluídos, e por não notificação à  
107 SUPRAM, receberam notificação e multa, e aqui não foi possível que nós revertêssemos  
108 essa multa. Nós temos constantemente visto reportagens sobre a COPASA, agora, tem uma  
109 reportagem de Santa Rita do Sapucaí, e várias outras que ocorreram aqui na região. Eu  
110 queria saber se a COPASA faz essas notificações à SUPRAM? Porque seria injusto  
111 penalizar uma firma que esporadicamente, por um acidente joga, quando existe  
112 premeditadamente (...) em determinadas situações para jogar esgoto in natura no rio. O  
113 esgoto in natura de uma cidade, por menor que seja, é mil vezes mais prejudicial com  
114 aquilo que o pessoal vira e grita aí e chama de agrotóxico, que eu não concordo, que deveria  
115 ser defensivo agrícola, imputando ao campo uma desgraça no rio que não é verdade. Pode  
116 ter um percentual, não vou eximir, algum inadvertidamente faz isso porque é malandro.  
117 Mas, não podemos deixar de salientar que um esgoto in natura prejudica demais. Isso  
118 correndo 24 horas é impossível de se controlar. Então eu gostaria que fosse verificado se  
119 houve alguma ocorrência, se a SUPRAM teve informação dessas ocorrências de derrame,  
120 como o caso de Santa Rita, que saiu na TV. Aqui em Varginha foram duas ocorrências, e a  
121 gente fica por entender. Eu gostaria de um questionamento da seguinte forma, que fosse  
122 apresentado para nós, conselheiros, uma planilha em que tivesse os municípios tratados  
123 pela COPASA, e o percentual que a COPASA tem a obrigação de tratar e o percentual que  
124 realmente ela trata. Na audiência pública que houve agora, inclusive a Jaara estava lá, com  
125 relação ao acordo da COPASA, foi nos apresentado um vídeo em que praticamente não  
126 havia tratamento de esgoto. Também em uma audiência pública na Câmara, representantes  
127 da S.O.S Mata Atlântica fizeram as devidas amostragens e constataram que os dois  
128 lançamentos da COPASA em Varginha estão em desacordo com a norma. É o seguinte, não  
129 basta ter só a COPASA, é preciso saber a eficiência do que ela faz. Então, entre não tratar e  
130 ter COPASA, mil vezes ter a COPASA, mas tem que cumprir o que se comprometeu.  
131 Agora eu estranho o seguinte, nós estamos aqui falando de água, falando de uma porção de  
132 coisas há muitos anos, e eu não vejo uma meta que tenha que ser atingida e, posteriormente,



133 ver se isso (...) com aquilo que o povo espera que todas as empresas que se destinarem a  
134 tratar tanto água, como esgoto, que tenha um aprimoramento. Não podemos ficar aqui e  
135 daqui 50 anos aceitar que se jogue 40% do esgoto não tratado nos rios. Isso é um absurdo.  
136 Então, vamos ficar 50 anos aqui e a não atender essa legislação. Eu acho que tem que ter  
137 meta. Isso é bom que fique gravado, porque servirá para mais tarde o pessoal avaliar o que  
138 está acontecendo agora e o que poderá acontecer. Eu gostaria de solicitar ao Dr. Bérqson,  
139 conselheiro nosso, que o Ministério Público pegasse essa causa para impor metas, impor  
140 uma forma de subir degraus para que nós consigamos no futuro, não ter o que está  
141 acontecendo agora. Ter por ter não está fazendo efeito, porque às vezes, colocar 40, 60% só  
142 do tratamento é muito ruim e isso não melhora nada. Então, estamos vendo a diminuição  
143 dos peixes, a seleção de espécies, não estamos mais encontrando peixes que dizemos que  
144 são nobres aqui. No fundo da minha fazenda pegava dourado, hoje não pega nada. Isso é  
145 muito preocupante. Não sou crítico da COPASA, eu sou crítico de todos os que não fazem  
146 o dever de casa. Por exemplo, denunciei aqui o córrego de Elói Mendes, do Ribeirão  
147 Mutuca, Elói Mendes inteira joga esgoto in natura no Rio Verde. Não é só Elói Mendes  
148 não, muita coisa aí para cima. Fiquei satisfeito também, porque sei que a COPASA está  
149 tentando minorar o efeito da Penitenciária de Três Corações. Então, pensava-se em fazer  
150 um novo tratamento, e a COPASA está estudando uma forma ideal, ao invés de fazer o  
151 tratamento, concentrar em uma elevatória para jogar na estação para ser tratado. Isso já é  
152 uma melhora. Então a minha crítica é a seguinte, que a gente aprimore nossas metas,  
153 aprimore aquilo que pode ser melhor para o futuro, e não fiquemos passivamente aceitando  
154 que as cidades não tenham tratamento, e as que têm sendo inferior ao estabelecido pela  
155 legislação”. Conselheiro Donizete Leão Miranda: “ Cumprimentar o Dr. José Augusto, que  
156 preside está reunião, cumprimentar o Dr. Anderson, nosso sempre assessor jurídico,  
157 cumprimentar a Jaara, nossa querida presidente do CODEMA, cumprimentar a Elaine,  
158 cumprimentar a Soraya, da qual cumprimento todos os conselheiros. Quero ser bem rápido,  
159 mas, não podia deixar passar despercebido. Hoje em Varginha, às 14h, estará acontecendo  
160 o 1º Fórum Varginha Rumo à Universalização do Saneamento. A abertura será às 14h,  
161 vamos contar com a presidente da COPASA, para uma reunião. Tivemos uma reunião cedo  
162 e eu me senti muito honrado na hora que fui citado na reunião. Confesso que não esperava,  
163 Dr. Bérqson, fui Secretário de Meio Ambiente na administração 2009/2012, e nós lutamos,  
164 inclusive, Dr. Antônio Ernesto, com uma certa resistência de membros da própria  
165 administração. Na época nós buscamos várias alternativas e não tinha outra que não fosse a  
166 COPASA administrar para nós, aqui em Varginha, o Plano Municipal de Saneamento  
167 Básico, que está contido na lei 11.445/2007. Na época, eu me lembro, recorri várias vezes  
168 ao Dr. Bérqson, inclusive veio aqui e fez palestra para a gente. E hoje, depois de seis anos,  
169 vamos realmente começar, através da COPASA, o nosso tão sonhado, tão propalado, Plano  
170 Municipal de Saneamento Básico. Me lembro que na época fizemos um PGIRS, Plano  
171 Gerencial Integral de Resíduos Sólidos, onde contemplava toda a técnica para resolver o  
172 problema do saneamento básico daqui de Varginha e, principalmente, ao meu modo de ver,  
173 não existe saneamento básico antes de acontecer a famosa coleta seletiva do lixo. Todos  
174 aqui sabem que 86% de todos os resíduos coletados são recicláveis. A partir desse mês, o  
175 Juliano está aí representando a COPASA, já vai começar a nossa tão sonhada coleta  
176 seletiva de lixo. Eu parabenido a COPASA, grande parceira na época. Com toda a





177 modéstia, começou com a gente, fui eu que levantei e fui conversar com os dirigentes da  
178 COPASA. Meu primeiro contato em Varginha foi com o Marco Aurélio. A COPASA pode  
179 ter os problemas, mas, aí de nós se não fosse a COPASA, aí do Meio Ambiente de  
180 Varginha e Região se não fosse a COPASA. Gostaria de agradecer a todos pela atenção.  
181 Muito obrigado”. Presidente José Augusto Dutra Bueno: “Só fazer uma consideração,  
182 inicialmente pelo que foi falado pelo Dr. Bérqson, informar que está em implementação  
183 pelo Estado o Licenciamento Ambiental Simplificado, para substituir a AAF, está em  
184 discussão também as questões das modificações da DN 74. Esperamos que isso possa trazer  
185 modificações para o cenário do meio ambiente. A Elaine tem uma consideração a fazer  
186 sobre o Uso Insignificante”. Elaine da SUPRAM Sul de Minas: “Só respondendo à  
187 pergunta do Conselheiro Antônio Henrique, o sistema online para emissão de não passível  
188 já está em vias de ser implantado. A previsão é de começar em junho, meados de junho,  
189 primeiro para atividades não listadas, e entre julho e agosto para atividades listadas na DN  
190 74. Então o sistema já está em vias de implantação e em substituição do carimbo do FCE  
191 que é o procedimento transitório, até que o próprio empreendedor possa retirar a certidão  
192 não passível online, ele mesmo, como faz com o uso insignificante”. Anderson Siqueira da  
193 SUPRAM Sul de Minas: “Senhores conselheiros, até para complementar algumas  
194 informações solicitadas, vamos começar pela do senhor Antônio Ernesto, relativo a  
195 COPASA, na última reunião da URC esteve presente o diretor de fiscalização, o Bruno, em  
196 que prestou informações de que as duas ETES da COPASA uma delas está no passe que é  
197 plano anual de fiscalização, e este ano será feito o acompanhamento das condicionantes,  
198 onde vai estar verificando ou não o cumprimento do lançamento dos efluentes dentro dos  
199 padrões exigidos pela legislação. A outra ETE está em revalidação junto a SUPRAM, e  
200 dentro do processo e revalidação também estão sendo analisados todos os monitoramentos  
201 que foram feitos no decorrer dos anos de licenciamento. Então, é bem provável que com  
202 estas duas ações chegemos as conclusões que são solicitadas aqui dentro, se está havendo  
203 lançamento fora, qual o quantitativo, quais as sanções que foram aplicadas por tais razões.  
204 Relativo aos órgãos (...) Dr. Bérqson, embora possa um procedimento de AAF, ou que está  
205 apto a ser operação rápida, que é o Licenciamento Ambiental Simplificado, tem ações que  
206 excluíam a autonomia, a iniciativa de fiscalização dos demais entes que participam do  
207 processo de fiscalização. Que devemos deixar bem claro é que o SISEMA, como não  
208 poderia deixar de ser, tem que ter foco primordial sobre os impactos ambientais que foram  
209 traçados. Outros elementos são trazidos, como direito minerário, áreas protegidas por  
210 patrimônio histórico e paisagístico, sejam quais forem, o COMAR, sejam quais forem esses  
211 órgãos, esses entes têm que assumir sua postura administrativa e controladora para poder  
212 intervirem junto aos órgãos ambientais, aos empreendedores de maneira geral. Então,  
213 embora esteja sendo um ambiente de racionalização do licenciamento ambiental, muito  
214 pelo contrário que entender que racionalização é facilitismo, a intenção não é essa, e sim  
215 porque está se percebendo de que o processo que até então se tinha junto ao processo de  
216 licenciamento LP, LI, LO, todas as ações que vinham e vem sendo deliberadas não têm  
217 surtido os efeitos desejados na ponta. Hoje, a racionalização que vem sendo feita, o  
218 primeiro elemento que se tentou e está tentando buscar são os NUCAMS da SUPRAM, que  
219 são os núcleos de acompanhamento ambiental. Sem os NUCAMS essa racionalização,  
220 estará fadada ao insucesso. Mas, hoje temos o prognóstico de não escutarmos mais aquilo



221 que nos incomodava em todas as reuniões, olha a SUPRAM só analisa o auto  
222 monitoramento na revalidação. Por diversas vezes, já foi discutido aqui este cenário, e a  
223 tendência é que acabe, se elimine os Núcleos de Fiscalização através desses planos anuais  
224 de fiscalização. Eles vão estar elegendo áreas de importância para que sejam verificados  
225 auto monitoramentos que são trazidos, e não fiquemos a mercê apenas daquele expediente,  
226 quando ele vier fazer a revalidação. Então, são várias ações que estão sendo feitas, de uma  
227 maneira, de um contexto deste ano no Estado de Minas sem qualquer intenção de dizer que  
228 são melhores ou piores, mas é que estão sendo alteradas com o objetivo exclusivo de  
229 melhorias. Porque estamos sim querendo inverter a lógica. São vários países do mundo em  
230 que o sujeito implanta essa atividade de risco, então, não há dúvida de que a atividade de  
231 risco é preponderante nesse tipo de meio, e eles são fiscalizados pelos agentes  
232 correspondentes. Então, é que faça esse cenário no Estado de Minas Gerais. Fazer o  
233 acompanhamento mais de perto dos empreendimentos, deixarmos de ser um licenciamento  
234 meramente burocrático e cartorial. A intenção é de que seja feito presente sim o  
235 monitoramento, e que a gente, quem sabe, na eleição desses processos, projetos de maior  
236 impacto, que trazem junto ao cenário mineiro, que consigamos talvez coibir ações que às  
237 vezes estão ocorrendo na frente de nossos próprios olhos. Antônio Ernesto, toda reunião do  
238 COPAM ele traz à tona a questão da COPASA. Então, o empreendimento é licenciado,  
239 então, imagine só aqueles que se quer são licenciados. A gente tem que efetivamente virar a  
240 chave e partir para a fiscalização, para deixarmos de sermos um órgão meramente cartorial  
241 e burocrático, que a gente tenta que não seja, mas o produto final tem visto acontecer de  
242 maneira semelhante. Para concluir, um detalhe importante que está ocorrendo dentro do  
243 ambiente de racionalização. Publicou-se a DN 213, foi titulada como Municipalização em  
244 que os municípios terão a competência para estar regularizando as suas atividades  
245 ambientais. Rememorando a todos que, tal competência foi atribuída pela lei complementar  
246 140 e não pela DN 213. A DN 213 apenas identificou quais são os empreendimentos  
247 considerados de impactos locais. Outro cenário em que a medida que os municípios vão se  
248 capacitando e organizando, acreditamos que vão trazer ambientes positivos para  
249 regularização, pois, nada mais óbvio que a SURAM licenciando em 171 municípios, que  
250 haja também sempre um município licenciando e mais próximo, tanto dos impactos que são  
251 gerados, quanto do anseio da sociedade que são solicitados dentro daquele processo”.

252 Conselheiro Bérqson Cardoso Guimarães: “ Senhor Antônio Ernesto, se nós analisarmos  
253 com mais profundidade, esses parâmetros que o senhor reclama, que seriam os necessários,  
254 eles já existem. Se eu entendi a sua reclamação, primeiro esses parâmetros são ditados pelo  
255 ordenamento legal, existem várias resoluções, mesmo de organização da área de  
256 saneamento, de recursos hídricos, de condições de efluentes, que é uma legislação que é  
257 discutida e que coloca quais são esses parâmetros. Isso já está bem claro. Se eles são  
258 cumpridos ou não, isso já é outra história. Isso vem de toda a estruturação das instituições,  
259 do próprio estado, das empresas de fazer esse cumprimento, isso é uma questão complexa  
260 realmente. Ministério público tem atuado nisso, para termos uma ideia, temos uma pauta  
261 aqui de várias autuações. Então, as autuações que estão aqui, muitas vezes, envolvem  
262 também, descarte de efluentes nos nossos rios, tenho lidado com isso diuturnamente e é  
263 dramático a situação. Quando eu coloco que a gente não tem muito para comemorar no dia  
264 de hoje, é justamente nesse sentido, de que eu vejo que temos várias instituições que têm



265 suas funções, mas eu vejo um estado desmontado. Foi colocado esse final de semana no  
266 Fórum a situação do DNPM na área minerária, porque, o DNPM tem três servidores, mas,  
267 não é para fazer fiscalização, e para fazer serviços burocráticos em Belo Horizonte. Como é  
268 que três servidores vão conferir e monitorar todos os títulos minerários e fazer alguma  
269 atuação institucional os conflitos de mineração que temos no estado todo? Isso aí já é outra  
270 história. Então, primeiro, nós temos a questão legal, por outro lado temos os parâmetros  
271 técnicos, as normas da ABNT, a questão acadêmica dos estudos que não podem sumir.  
272 Acabamos de dizer que tem uma posição da SOS Mata Atlântica de que a COPASA não  
273 está cumprindo esses parâmetros, é o que eu entendi. Isso é uma coisa que digo que é uma  
274 situação de tragédia. Estou falando da região, que minha área de atuação de 177  
275 municípios. Vou dizer uma coisa bem pessoal, nós lidamos com o Estado, não fazemos  
276 nenhuma crítica ao Estado, ou a SUPRAM, por favor, entendam isso, eu falo do estado de  
277 uma forma geral. É difícilimo trabalhar com o Estado e municípios. Então, nossa  
278 perspectiva ideológica, vamos dizer hoje, pelo menos a minha nessa coordenadoria, é  
279 trabalhar com projetos específicos envolvendo a sociedade civil. Nós temos em preparação,  
280 uns já concretizados 26 projetos no Sul de Minas. Em Três Corações tem o Cílios D'Água  
281 que já está em operação, claro que ainda com muita dificuldade, caminhando nas  
282 recuperações de APP, diagnóstico, mapeamento daqui d Rio Grande até Varginha. Na  
283 nossa região tem ainda a Bacia Viva do Rio Verde. Então, isso tudo, não estamos esperando  
284 nada do Estado, nós não esperamos recursos, não esperamos a atenção do Estado para isso.  
285 Vai ter que ser mobilização popular, para nós resolvermos isso. Essa é a minha visão,  
286 envolver as ONGs, poder se mobilizar, se inserir nessas ideologias, porque a participação é  
287 necessária. Eu vejo que o Estado Brasileiro mal administra as valas que correm para cima e  
288 para baixo, então a situação está bem complicada. Então, a questão da DN 213 que o Dr.  
289 Anderson acabou de falar, é outra preocupação, porque os municípios não têm capacitação  
290 nenhuma para montar seus sistemas municipais. Nós temos trabalhado essa temática  
291 também com os municípios, a minha posição é de que só há uma forma de trabalhar em  
292 consórcios. A gente vê aí, município de Elói Mendes, como o senhor disse aí, tudo no Rio,  
293 no Ribeirão, será que ele tem o CODEMA? Eu não sei como ele funciona. Qual o  
294 CODEMA, mesmo em cidades como Lavras e Varginha, que tem o seu corpo técnico?  
295 Porque não é papel do conselheiro ir lá fiscalizar, se cortou água, se isso e aquilo. Isso não  
296 é papel do conselheiro. O conselheiro faz parte do Conselho. Tem que ter o corpo técnico,  
297 os municípios têm condições de terem isso? Se não, nós teremos que pensar em alternativas  
298 de consórcios, outras formas, para termos um corpo multidisciplinar. Porque a lei, é muito  
299 fácil criarmos uma lei, só que a lei fica lá e não é cumprida. Essa questão que sempre se  
300 discute aqui, da penitenciária, sexta-feira tive uma conversa longa com o Dr. Gustavo,  
301 promotor de Três Corações, e ele me falou justamente dessas dificuldades porque você  
302 entrar com uma ação civil pública para fazer um TAC, para nós é fácil, tem as minutas,  
303 solve lá, mas, isso também é como a implementação da lei, nós temos que fazer toda uma  
304 articulação para aquilo. Na verdade, para ser cumprida a ação, teve que se fazer essa  
305 articulação com o envolvimento da COPASA, esse elevatório, como o senhor disse aí. Ele  
306 até me explicou, vai me mandar por escrito quais as dificuldades estão tendo no resultado  
307 prático, porque o estado não vai fazer, o Estado não faz, fala que não tem recursos. E ele,  
308 de repente, é o maior criminoso. Essa é que pé a realidade. Então, não imputo a isso



309 qualquer questão de comportamento de servidor, não é isso. É um sistema estatal que nós  
310 temos de grande impossibilidade de dar conta das grandes responsabilidades das quais estão  
311 incumbidas pela própria sistematização. Ou seja, cria-se uma lei, você tem que fiscalizar  
312 por isso. Aqui, a SUPRAM Sul de Minas, por exemplo, eu acho que é a maior de todas.  
313 Essa SUPRAM eu acho que tinha que ser dividida, com Passos talvez. É uma alternativa.  
314 Veja minha situação, por exemplo, a minha coordenadoria é três vezes maior que a dos  
315 outros. Se eu não tomasse um (...) todo dia cedo, não daria conta. Então é coisa demais. O  
316 desafio senhor Antônio, é muito maior do que a gente pode até imaginar. Os parâmetros  
317 existem, mas a realidade, infelizmente, é uma luta constante”. Conselheiro Antônio  
318 Ernesto: “ Queria dizer o seguinte, primeiro ficar bem caracterizado que eu parabeno a  
319 equipe de fiscalização aqui da SUPRAM, porque, imediatamente que eu manifestei a  
320 respeito eles e eram as informações. Eu fui lá, conversei com cm eles, passei os vídeos com  
321 s esgotos, prontamente tomaram a iniciativa de verificarem isso. Agora, o que a gente vê é  
322 que existe nessa parte grande aqui do Sul de Minas, ocorrências que não são notificadas  
323 aqui no COPAM, SUPRAM. Então, eu conheço bem a legislação dos efluentes que devam  
324 ser carreados os rios, mas, se nós ficarmos nessa legislação e não tivermos uma perspectiva  
325 de melhora, os nossos rios não vão mudar de classe. E o quê que nós queremos? É que haja  
326 uma melhora. O objetivo nosso é que haja uma melhora. Não adianta saber que um rio é  
327 poluído e deixar ele poluído até daqui uns 50 anos. Qual é o objetivo? É mudar para uma  
328 classe melhor. Me objetivo, minha ideia é essa. O Dr. Bérqson falou sobre CODEMA, e eu,  
329 na minha opinião, fui presidente de CODEMA, estou seguindo o CODEMA todos os anos,  
330 não tem condição e CODEMA passar para prefeituras. Não tem porquê. Vamos estar  
331 propensos a injeções políticas, e não tem corpo técnico. Para verem, vocês têm um corpo  
332 técnico magnífico, e quase que passa um aperto danado para dar conta. Agora, imagina uma  
333 prefeitura, que tenha um prefeito que não tenha a ideia de que tem que preservar o meio  
334 ambiente? Ele vai fazer o seguinte, tem grupo empresarial aí, que vai fazer um loteamento,  
335 ou qualquer que seja, ele até desativa o CODEMA para não ter problema. Então não  
336 podemos, acho que não está na hora de se fazer uma mudança para passar isso para  
337 CODEMAS. Eles têm um vistoriador aqui que trabalha das 7h às 11h, então não tem  
338 condição de passar mais nada para ele. Porque é prejudicial ao que a gente pensa que seria  
339 bom ao meio ambiente. Agora, eu acho que o pessoal tem que fazer como o ditado  
340 português ‘quem não tem competência não se estabelece’. Então, se não tem competência  
341 não queira estabelecer, porque não vai dar certo. Fazer coisas que não tenha resultados  
342 positivos, e que não haja uma perspectiva de melhora... O que eu fico implicado é que nós  
343 estamos concordando que o dejetos que vai para o rio seja numa determinada quantidade,  
344 sendo que não temos uma meta para atingirmos uma qualidade melhor. É isso que me torna  
345 estranho a legislação, e não tem uma legislação que fala, olha, depois de tanto tempo numa  
346 classe, nós vamos tentar passar para outra classe que melhore as condições das nossas  
347 águas. Então, com isso eu encerro, e gostaria de pedir ao senhor presidente licença, porque  
348 eu vou participar também do Fórum. Agradeço aqui a atenção de todos vocês”. Conselheiro  
349 Leão Miranda: “ Com todo respeito, quero plagiar meu velho pai que dizia ‘se não existisse  
350 o pecado, não existiria o perdão’. Quero pedir perdão para a conselheira Lucia, porque eu  
351 citei o nome das três damas aqui, e passei desapercebido e não a cumprimentei. Receba as  
352 minhas desculpas. Obrigada”. Presidente José Augusto Dutra Bueno: “Só para finalizar,





353 complementando, esclarecendo também que conforme a lei complementar, 140;2011, só é  
354 legítima a atuação do município se ele tiver um CODEMA e com capacidade  
355 administrativa para atuar. Ressaltando, também, que a municipalização não  
356 necessariamente é para todos os municípios. Existe a possibilidade de convênios também  
357 nos municípios, alguns municípios que tenham mais capacidade, como por exemplo, na  
358 SUPRAM Alto São Francisco, em Itaúna, Divinópolis, são municípios que têm mais  
359 capacidade. Já tem outros de 5 mil habitantes que talvez seja difícil, aí são questões que vão  
360 se delinear mais para frente, mas, considerando que alguns municípios melhor aparelhados  
361 poderiam auxiliar o Estado, talvez seja uma modificação válida. São questões a serem  
362 consideradas, para podermos trabalhar e buscar implementar. Finalizando as considerações,  
363 os conselheiros, nosso item 4 da pauta, 4. **Exame das Atas da 138ª RO de 06/02/2017 e**  
364 **139º de 03/04/2017**". Conselheiro Rogério Cunha: "Eu tinha uma manifestação bem  
365 rapidinha. No item anterior eu não tinha me inscrito. Na nossa Universidade acabamos de  
366 encenar no dia do Meio Ambiente, uma peça bem curta de educação ambiental para  
367 esclarecer a população sobre a matança de macacos que tem sido feita, em razão de  
368 ignorância que eles teriam sido os principais transmissores da febre amarela. E gostaríamos  
369 de deixar nosso grupo à disposição, se algum município também quisesse que a gente  
370 fizesse esse ato de educação ambiental. A gente não tem unidade de transporte, tem que  
371 combinar a agenda de vários alunos de graduação e pós-graduação, foi difícil combinar a  
372 agência de todos, mas se alguém tiver interesse, basta entrar em contato comigo, que  
373 tentamos encaixar uma agenda comum. Já que eu particularmente trabalho com os primatas  
374 e é uma preocupação essas mortes de macacos que têm acontecido principalmente no leste  
375 de Minas, e também em vários outros municípios. É uma situação preocupante". Presidente  
376 José Augusto Dutra Bueno: "Obrigado. Item 4. **Exame das Atas da 138ª RO de**  
377 **06/02/2017 e 139º de 03/04/2017**. Algum conselheiro tem alguma manifestação sobre as  
378 duas últimas atas? Estão todos em conformidade. Dando prosseguimento a pauta, Item 5.  
379 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO À LICENÇA**  
380 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 5.1 Cemtal**  
381 **Mineração e Transportes Ltda. - Pilhas de rejeito/estéril, estradas para transporte de**  
382 **minério/estéril - Prados/MG - PA/Nº 00148/1997/010/2015 - Classe 3. Apresentação:**  
383 **Supram SM.** Algum destaque? Os processos que não tiverem destaque nós votaremos em  
384 bloco e depois voltamos aos que tiverem destaque. 6. **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**  
385 **PARA EXAME DE RECURSO AOS AUTOS DE INFRAÇÃO. 6.1 Votorantim**  
386 **Cimentos S.A. - Co-processamento de resíduos em forno de clínquer. - PA/Nº**  
387 **00015/1979/143/2014 - AI/Nº 48190/2014 - Itaú De Minas/MG. Apresentação: Supram**  
388 **SM.** Algum destaque? 6.2 **Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas**  
389 **Gerais - DER/MG - Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias. - PA/Nº**  
390 **15443/2006/003/2015 - AI/Nº 56991/2015 - Alagoa/MG. Apresentação: Supram SM.**  
391 Algum destaque? 6.3 **Togni S.A. Materiais Refratários - Fabricação de material**  
392 **cerâmico. - PA/Nº 00111/1986/005/2015 - AI/Nº 56979/2015 - Poços de Caldas/MG.**  
393 **Apresentação: Supram SM.** Algum destaque? 6.4 **Fazenda São Miguel Ltda. -**  
394 **Silvicultura. - PA/Nº CAP 436722/2015 - AI/Nº 11.747/2015 - Itaú de Minas/MG.**  
395 **Apresentação: Supram SM.** Algum destaque? 6.5 **Ipanema Agrícola S.A. - Torrefação e**  
396 **moagem de grãos. - PA/Nº CAP 440481/2015 - AI/Nº 10.267/2015 - Alfenas/MG.**



397 **Apresentação: Supram SM. Algum destaque? 6.6 Jacy Vilas Boas e Cia Ltda. -**  
398 **Extração de areia e cascalho para fins de utilização imediata na construção civil -**  
399 **PA/Nº CAP 436989/15 - Guaranésia/MG - AI/Nº 29505/15 - Apresentação: Supram**  
400 **SM. Algum destaque? 6.7 José Belmiro Monti Neto e outra - Avicultura de postura -**  
401 **PA/Nº CAP 436634/16 - Pedralva/MG - AI/Nº 10255/15 - Apresentação: Supram SM.**  
402 **Algum destaque? 6.8 Posto Van Der Zeland Ltda. - Posto revendedor de combustível -**  
403 **PA/Nº CAP 438392/16 - Três Pontas/MG - AI/Nº 7511/15 - Apresentação: Supram**  
404 **SM. Algum destaque? 6.9 Becomi Comércio de Minérios Ltda. - Aparelhamento,**  
405 **beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não**  
406 **associados à extração. - PA/Nº CAP 438399/16 - AI/Nº 9023/2015 - Extrema/MG.**  
407 **Apresentação Supram SM. Algum destaque? 6.10 Washtec Lavanderia Técnica Ltda. -**  
408 **Lavadeiras industriais com tingimento, amaciamento e outros acabamentos em**  
409 **roupas, peças do vestuário e artefatos diversos de tecidos. - PA/Nº CAP 441229/16 -**  
410 **Passos/MG - AI/Nº 29605/16 - Apresentação: Supram SM. Algum destaque? 6.11 José**  
411 **Franco - Fazenda Bela Vista - Cafeicultura, bovinocultura de leite, culturas anuais e**  
412 **beneficiamento primário de produtos agrícolas - PA/Nº CAP 439481/16 - Elói**  
413 **Mendes/MG - AI/Nº 10565/2016 - Apresentação: Supram SM. Algum destaque? 7.**  
414 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXERCÍCIO DO PODER DE**  
415 **AUTOTUTELA DO ESTADO. 7.1. Café Itaú Ltda. - Torrefação e moagem de grãos -**  
416 **PA/Nº 00165/1998/004/2005 - Perdões/MG - AI/Nº 3234/2005 - Apresentação: FEAM.**  
417 **Algum destaque? Itens sem destaques. Vamos votar então todos os itens. Os que estiverem de**  
418 **acordo com o parecer da SUPRAM Sul de Minas, por favor, permaneçam como estão, os**  
419 **demais se manifestem. Votação por unanimidade, a favor da SUPRAM Sul de Minas. Não**  
420 **havendo mais questões, encerramos a reunião. Agradeço a presença de todos. Uma boa tarde e**  
421 **até a próxima.**  
422 \*\*\*\*\*